

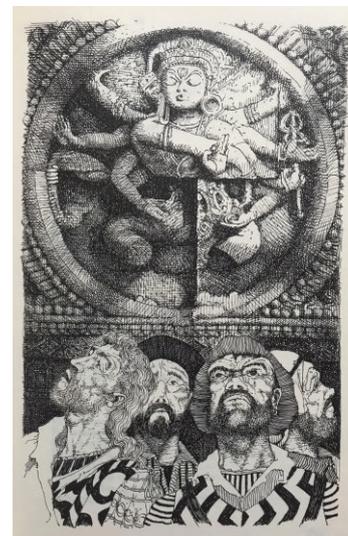
## Tempo de ler...

O Outro n'Os *Lusíadas*

Para celebrar os 450 anos da publicação d'*Os Lusíadas*, propomos a leitura do episódio da Chegada à Índia (Canto VII, estrofes 16-59), o primeiro texto literário europeu que descreve o subcontinente indiano: a geografia, os reinos, as religiões, a arquitetura, as castas e a diversidade dos seus habitantes. A ação deste excerto da narrativa épica desenrola-se no litoral ocidental indiano e nela intervêm, além dos navegadores portugueses, um magrebino, um governador, um rei, um brâmane e uma multidão de gente da Costa do Malabar.

Neste Tempo de Ler o olhar quinhentista português sobre a realidade indiana, apresentamos uma reescrita em prosa das 44 estrofes do episódio, em linguagem compreensível por jovens, com vocabulário e morfossintaxe contemporâneos, e a generalidade da toponímia tal como o Outro indiano a designa atualmente. O trabalho de reescrita teve por base as notas e comentários das edições d'*Os Lusíadas*, de Augusto Epifânio Dias, de 1918 (Dias, 1972), de Hernâni Cidade, de 1972 (Cidade, 1972), de Álvaro Costa Pimpão, de 1972 (Pimpão, 2000), e da versão inglesa publicada pela Oxford University Press, em 1997 (White, 1997).

Foram também analisadas as três reescritas da epopeia camonianiana que fazem parte do catálogo do Plano Nacional de Leitura, as de João de Barros, de 1930 (Barros, 2013), e de Amélia Pinto Pais (1995), em prosa, e a de Vasco Graça Moura (2012), em verso. Em todas elas, a reescrita sintetiza o episódio. Por isso, nenhuma inclui todos os seus momentos ou etapas. Na proposta que de seguida apresentamos, o objetivo foi manter toda a informação, pela ordem que é apresentada no original, mantendo a perspetiva do poeta.



Quando os portugueses chegaram ao litoral da nova terra, pescadores em pequenos barcos indicaram-lhes o caminho para a sua grande cidade de Kozhikode, capital do Reino de Malabar. Esta nova terra é um território muito grande e famoso entre o rio Indo e o rio Ganges, rodeado de mar a sul e limitado pela cordilheira dos Himalaias a norte. Nela há muitos reis e muitas religiões: adoradores de Maomé, adoradores de imagens e adoradores de animais. Dos Himalaias, que se estendem por toda a Ásia, correm os dois grandes rios que desaguam no oceano Índico e cercam o território criando uma longa península triangular cuja ponta tem em frente a ilha do Sri Lanka. Conta uma lenda antiga que, junto à nascente do rio Ganges, as pessoas vivem do cheiro das flores.

Os seus habitantes têm diferentes nomes e diferentes costumes: os de Deli e os do Afeganistão são os mais poderosos, os do planalto do Decão e os de Odisha veneram as águas do Ganges, os de Bengala têm os terrenos mais férteis, o guerreiro Sultanato do Guzerate, dizem que foi governado pelo corajoso rei Paurava, o Império de Vijayanagar, mais rico em ouro e pedras preciosas do que em gente valente, e, por fim, o Malabar, uma estreita planície entre o mar e a cordilheira dos Gates Ocidentais que, ao longo da costa, protegem o Malabar do Império de Vijayanagar. Kozhikode é a cidade mais importante do Malabar, capital do império cujo governante tem o título de Samutiri.

Após a chegada da frota ao litoral malabar, um mensageiro português é mandado a terra, onde chega entrando pela foz de um rio. O povo todo vem vê-lo por causa do seu aspeto estranho: a cor da pele, os gestos e o vestuário. Do meio da multidão, aproxima-se um muçulmano do norte de África – grande sorte! – que se dirige sorridente ao mensageiro e lhe pergunta em espanhol:

– *O que é que te trouxe a esta terra tão longe de Portugal?*

O mensageiro responde:

– *Por mares nunca dantes navegados, viemos à Índia buscar pimenta e difundir o cristianismo.*

O muçulmano chamava-se Monçaide e estava espantado com a grande viagem realizada pelos portugueses. Por considerar que um assunto tão importante devia ser tratado com o rei da terra, disse

<sup>1</sup> Para uma análise do episódio e da sua presença nos nove manuais de Português, do 9º ano, v. Pinto, P.F. & Singh, S.K. (2022). Uma leitura intercultural d'*Os Lusíadas*: o episódio da Chegada à Índia. In *Entreler* n.º 2. Lisboa: Plano Nacional de Leitura, pp. 32-42.

que ele estava fora da cidade, mas não muito longe. Enquanto esperavam, o Monçaide convidou o português para comer e descansar na sua pobre casa, pois não há maior alegria do que encontrar gente próxima numa terra distante.

Depois de comerem e beberem juntos, como se fossem velhos amigos, seguem para o navio do Vasco da Gama onde o Monçaide é bem recebido. O Capitão abraça-o e ao ouvi-lo falar claramente espanhol, pede-lhe que lhe fale da terra onde acabaram de chegar. Todos se aproximam para o ouvir.

Conta o Monçaide:

– *Vocês, vizinhos da minha terra, gente certamente abençoada por Deus, por terem conseguido navegar até aqui, vocês estão no subcontinente indiano, terra com muitos povos, próspera e rica em ouro, pedras preciosas e especiarias. Este porto fica na província do Malabar, que há muito adora imagens e é governada por muitos reis. O último que governou todo o reino foi o famoso Cheraman Perumal, que se converteu ao islamismo, a minha religião, e decidiu dedicar-se à vida religiosa na terra do profeta. Antes de partir para a Arábia, curiosamente com navios carregados de rica mercadoria, por não ter herdeiro direto, repartiu o seu reino, criando uma nova classe de governantes: um ficou com Kochi, outro com Kannur, outro com Chaliyam, outro com a ilha da Pimenta, outro com Kollam e outro com Kodungallur. Aquele que era mais próximo do rei ficou com Kozhikode, a cidade mais nobre e rica. O rei tornou-o imperador, suserano de todos os outros, com o título de Samutiri, e partiu para a Arábia. O atual Samutiri é descendente desse primeiro.*

– *Os malabares, ricos e pobres, seguem leis extraordinárias. Andam nus, só com um pano a tapar os genitais. Há duas castas, que não se podem misturar: os nobres são os naires e os indignos são os poleás. Os que se dedicam a uma profissão, não podem casar com gente de outra profissão e os seus filhos também não podem ter outra profissão.*

– *Os naires se, por descuido, são tocados por gente de outra casta, devem limpar-se e purificar-se, tal como os judeus não tocavam nos samaritanos. Mas nesta terra, vocês hão de ver muito mais coisas estranhas. Os naires são os militares que defendem o seu rei. Por isso, trazem sempre à cintura um punhal, do lado esquerdo, e uma espada, do lado direito. Os brâmanes são os religiosos, respeitados desde a antiguidade, seguidores do grego Pitágoras, que não matam seres vivos e não comem carne. Só nas relações sexuais têm mais liberdade, porque as mulheres podem ser partilhadas pelos homens da mesma casta dos seus maridos, que eles não têm ciúmes nem se sentem ofendidos – que gente cheia de sorte! Esta é uma terra em que se negocia de tudo o que há entre a China e o rio Nilo.*

Enquanto o Monçaide falava, com a notícia dos estranhos portugueses, já caminhavam, entre homens e mulheres de todas as idades, os representantes do Samutiri, para receberem o Vasco da Gama. Autorizado a desembarcar, ele e os seus homens partem sem demora, com rico vestuário, com cores diferentes das usadas pelos malabares, deixando-os muito curiosos. Avançam pelo mar e, depois, rio adentro. Na praia espera-os, no meio de um alvoroço nunca visto, um governador, Kacval, em língua malaijala, rodeado de naires. O Gama, como é costume da terra, é levado em ombros num rico palanquim. O povo curioso que acompanha o cortejo quer ver os estranhos portugueses e até gostava de lhes fazer perguntas, mas a língua diferente não o permite.

O Gama e o Kacval vão conversando, com o Monçaide a servir de intérprete enquanto caminha, até entrarem pelas portas dum magnífico templo com esculturas de divindades, em madeira e em pedra fria, com posições e cores variadas que parecem invenção do diabo, esculturas horríveis como se fossem a mitológica Quimera – leão, dragão, cabra, serpente – com muitos braços e muitas pernas. Os cristãos, habituados a ver Deus sob a forma humana, estão maravilhados: um deus com cornos na cabeça, como o Júpiter Amón que houve na Líbia; outro, tem mais do que uma cara, como o deus romano Janus; outro, com muitos braços, parece o deus grego Briareu; outro, com cabeça de cão, como o deus egípcio Anúbis. Depois de os indígenas bárbaros venerarem os seus deuses, seguem todos ao encontro do rei deste povo supersticioso. E a multidão vai crescendo, os telhados e as janelas cheios de velhos e de rapazes, de mulheres e raparigas, para verem o estranho Capitão.

Rapidamente, aproximam-se dos espetaculares jardins onde se esconde, no meio das árvores, o palácio real, sem torres, mas magnífico – os reis deles vivem assim, em palácios no meio de jardins.

Ao atravessarem as portas da muralha, veem esculturas que relatam histórias da nobre antiguidade indiana. Lá está o grande exército de Baco conquistando o vale do rio Indo. Mais adiante, bebendo junto a um rio, uma multidão de sírios, com a sua debochada rainha Semíramis. Um pouco mais longe, junto ao rio Ganges, ondulam as bandeiras gregas do vitorioso rei Alexandre Magno que parece filho, não do rei Filipe da Macedónia, mas de Júpiter.

Enquanto os portugueses veem estas histórias, o Kacval diz ao Capitão:

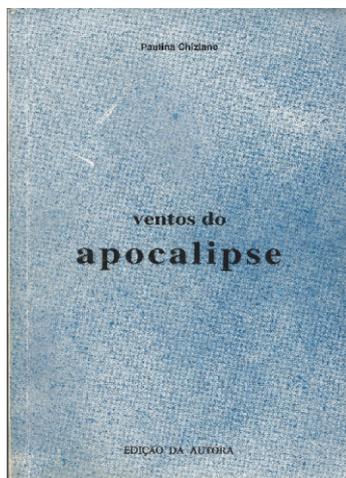
– *Segundo os nossos sábios, brevemente, novas vitórias irão ofuscar as que estão aqui representadas, novas histórias serão aqui registadas por estrangeiros que hão de chegar. A ciência mágica diz-lhes ainda que, para evitar tão grande força, é melhor não oferecer resistência, pois, contra o que está escrito nas estrelas, não vale a pena tentar lutar. Mas também lhes diz que será tal a excelência desses estrangeiros na guerra e na paz que serão reconhecidos mundialmente pelo bem que farão aos vencidos.*

Entretanto, chegam à sala onde está o poderoso imperador, deitado numa cama como não há outra igual em riqueza e requinte. Pela sua postura reclinada, vê-se logo que é um senhor venerado e rico, veste-se com tecidos de ouro e, na cabeça, pedras preciosas. Mesmo ao lado dele, um velho respeitadamente ajoelhado dá-lhe, de vez em quando, a folha verde e picante de bétel que eles costumam mastigar. Um brâmane, pessoa importante, aproxima-se lentamente do Gama para o apresentar ao grande príncipe que o convida a sentar-se. O Gama senta-se junto à magnífica cama, os outros portugueses mais afastados, e o Samutiri observa atentamente o vestuário e os modos duma gente que nunca tinha visto antes. Então, o Capitão, com uma voz forte e grossa que logo impressiona o rei e toda a sua corte, começa a falar.

Este Tempo de Ler o Outro indiano pode ser alargado a visões literárias da Índia contemporânea, em narrativas de autores portugueses e estrangeiros, incluindo outros lusófonos e indianos. No mercado livreiro português, estão disponíveis as seguintes obras, enumeradas por ordem cronológica da primeira publicação, que podem constituir um périplo literário que cruza olhares sobre a Índia: *Três Contos da Índia* (1888), *Livro da Selva* (1894), *Segundo Livro da Selva* (1895) e *Kim* (1901), de Rudyard Kipling, *A Casa e o Mundo*, de Rabindranath Tagore (1916), *Siddhartha*, de Hermann Hesse (1922), *Contos Indianos*, de Stéphane Mallarmé (1927), “Kali decapitada” in *Contos Orientais*, de Marguerite Yourcenar (1938), *Uma Ideia da Índia*, de Alberto Moravia (1962), *O Odor da Índia*, de Pier Paolo Pasolini (1962), *Noturno Indiano*, de António Tabucchi (1984), *Por Amor da Índia*, de Catherine Clément (1993), *O Deus das Pequenas Coisas*, de Arundathi Roy (1997), *Um Estranho em Goa*, de José Eduardo Agualusa (2000), *Babyji*, de Abha Dawesar (2005), *O Tigre Branco*, de Aravind Adiga (2008), *Viagem à Índia*, de Gonçalo M. Tavares (2010), *A casa-comboio*, de Raquel Ochoa (2010), e *Murmúrio do Mundo – A Índia Revisitada*, de Almeida Faria (2012).

Paulo Feytor Pinto e Shiv Kumar Singh

## Paulina Chiziane, *Ventos do apocalipse*<sup>2</sup>



**E**m tempos de guerra civil em Moçambique, Mananga e Macuáua são duas aldeias, entaladas no meio dos combates, e, mesmo sem o perceberem muito bem, parte e objetivo tanto do governo como dos seus oponentes, dois campos que, adivinhando-se serem a Renamo e o partido Frelimo, não são explicitamente nomeados. À guerra, junta-se a seca, a fome, a doença e a morte, aqui alegorizadas pela figura dos cavaleiros referidos em Apocalipse 6:8, todo um conjunto de misérias que Minosse, esposa do régulo Sianga, resume assim quando este lhe pede comida: ““chegou o tempo de comermos as crostas da nossa lepra” (p. 19).

No início do romance, é precisamente em Sianga que se foca a narração. O velho régulo, desprezado pelo novo poder, vê no sofrimento do povo, de que culpa o governo, a oportunidade de restaurar o seu poder tradicional.

Na história de Sianga, cruzam-se vários temas do discurso da modernidade como a opressão da mulher, forçada ao casamento em função dos interesses paternais que se concretizam no *lobolo* e o obscurantismo ilustrado pelo rito do

*mbelele* - que inclui o sacrifício de jovens virgens - para obter a chuva:

“Escolhe-se entre a população um galo que ainda não tenha sonhos de desejo e uma galinha, que ainda não conhece a lua.” (p. 43)

Na situação de fome, Sianga vê com interesse os bois de um seu comparsa, a quem pretende entregar a filha, Wusheni. Na ambição de voltar a deter o seu poder em Mananga, alimenta também o desejo de voltar a ter mais uma mulher, o que ofende Minosse, a única que detinha ainda, de entre as suas antigas nove mulheres de tempos mais prósperos. Em oposição a esta trama, situam-se os amores de Wusheni e Dambuza, o jovem mais desprezado da aldeia.

É também aqui que surgem as reminiscências do tempo dos nguni de Muzila, que teriam pisado o solo de Mananga, época em que conflituava uma nostalgia de um passado heróico com o temor da crueldade desses tempos, também sofreadores tanto para changanes como para chopes, em que, para sobreviver, era necessário matar, como no caso em que escondidos na floresta tinham que silenciar as crianças para não serem apanhados pelo inimigo - “Mata este, que depois faremos outro” (p.12).

Para restaurar o seu poder, Sianga deixa-se ir nas graças dos “lutadores escondidos na floresta”, antonomásia de “Renamo”, incluindo-se nesses o seu próprio filho, Manuna. O ataque a Mananga pelos correligionários de Sianga assinala a chegada da guerra que antes já tinha assolado Macuáua de onde já tinham vindo para Mananga muitas pessoas em fuga.

Chega o momento da fuga heróica dos sessenta sobreviventes, uns de Macuáua, outros de Mananga, que abandonam o inferno em que se tinha tornado esta região, agora assolada pelo conflito militar, e se dirigem para o paraíso representado pela aldeia do Monte, terra de águas e campos verdes. É uma odisseia que segue, dias e dias, por muitos perigos, como zonas de guerra, falta de água e de alimentos, em que os fugitivos se confrontam com as suas crenças religiosas, tendo sempre presentes o Deus cristão e os espíritos dos antepassados, nem sempre em confronto, frequentemente de mãos dadas.

Junto da aldeia do Monte, surge, precária, uma nova aldeia, em que “os choros dos homens são substituídos por sorrisos e o marfim da boca corre abundante” (p. 191). Parecia mesmo que “Deus mandou a chuva para apagar o fogo dos cavaleiros do céu” (p. 202). Perceção de pouca duração, pois chega também o tempo da aldeia do Monte começar a receber as visitas dos cavaleiros do Apocalipse.

Na narração sem serem assinaladas, distinguem-se várias vozes: no princípio, o destino que quer contar histórias, a criança que as vai ouvir, um narrador que vê por cima o acontecer, o sentimento e o pensamento de

<sup>2</sup> Paulina Chiziane (1993). *Ventos do apocalipse*. Edição da autora

personagens em discurso indireto livre. O narrador mima o interior das personagens sem que apareçam quaisquer introduções ou registos gráficos da mudança de voz.

“O homem resmungava sempre, descarregando a fúria sobre a companheira, mulher, toda-culpa está contigo, habituaste as crianças a comer demasiado, e o milho acabou depressa; mulher, tu pariste tantos gatos agora a comida é pouca e não chega para tantas bocas, enche mais o meu prato, sou o chefe da família preciso de comer mais para resistir e ter força para procurar alimentos por aí, mas ah, mulher, se não fosse a responsabilidade que tenho para contigo e as crianças, eu sairia deste inferno à procura de outros mundos, toda culpa está contigo, ah, mulher!” (p. 10)

Há um tom poético, ritmado, da narração que lembra o Craverinha do “Karingana ua Karingana” e do “xipalapala” a chamar os ouvintes para o contar de histórias.

A narração no presente do indicativo e a mimese discursiva imprimem uma imediaticidade dramática ao relato. Por vezes mimetiza as posições da cultura tradicional dos deuses da tribo e dos antepassados denunciando o abandono dos jovens e as novas religiões estrangeiras. Trata-se ao fim e ao cabo das conversas entre os velhos. Mas os limites deste regresso ao passado são dados pela impossibilidade de se divorciarem das divindades estrangeiras e pela revolução que teria matado tudo (p. 44). Com este aproximar à personagem expressam-se posições diversas, contraditórias, quer a nostalgia dos tempos antigos, quer a crítica à política económica socialista que se entrevê no discurso interior do motorista que leva os feridos de Mananga:

“O culpado de toda a situação é a estrada, sim é a estrada. É de terra batida, está esburacada e provoca o desgaste rápido das viaturas. Ninguém a nivela, ninguém a cuida porque já não existe negócio e dinheiro verdadeiro no fim da estrada. O algodão já lá não cresce, já não há excedentes de amendoim e os cajueiros fizeram pacto com o diabo, já não produzem a maravilhosa castanha” (p. 114).

As coisas mais importantes são ditas através de comparações e metáforas, única maneira de comunicar a profundidade significativa que têm. Vejam-se as metáforas, personificações e comparações antitéticas a expressar o regozijo dos sobreviventes na Aldeia do Monte de que assinaei as palavras mais relevantes:

“A *canção dos pilões* escuta-se em cada fim da tarde. As fogueiras acendem de madrugada. O *estômago* até se tornou *caprichoso*, *ordena* que se preparem papas de milho com que se irá deliciar ao nascer do sol. Os gritos das crianças são de *fatura* e não de *tortura*. As *dores* das mulheres são de *parto* e não de *amargura*. O *sangue* que corre é de *menstruo* e não de *golpes mortíferos*. No ar pairam *perdizes e pombos*, as vozes arrepiantes dos *abutres e corvos* abandonaram definitivamente céus do Monte. Os *sopapos dos maridos* abrandaram nas mulheres, os *sorrisos* aumentaram e as noites são mais amorosas do que nunca”. (191)

É do princípio ao fim um discurso romanesco intensamente poético e impregnado duma religiosidade tão cristã quanto animista na perceção do movimento histórico.

Luís Filipe Redes

## Indicações editoriais para o envio de textos

Os editores aceitam o envio de originais dentro da linha editorial da revista *Palavras*, quer para a secção de Pedagogia / Didática, quer para a de Estudos Linguísticos, de Estudos Literários ou da Oficina Pedagógica. Os textos em suporte digital devem ter entre 12.500 e 50.000 caracteres (incluindo espaços) e ter em conta os seguintes aspetos:

- indicar *sempre* uma *morada, telefone de contacto, endereço de correio-e e instituição de trabalho*;
- os textos devem ser enviados em formato .rtf, .doc, .docx ou .odt sob a forma de ficheiro anexo a uma mensagem de correio-e para [aprofport@app.pt](mailto:aprofport@app.pt);
- iniciar os textos com **Resumo** e **Palavras-chave** e, em inglês, **Abstract** e **Keywords**;
- numerar todas as **notas de rodapé** ao longo do texto;
- evitar a utilização de **negritos** e sublinhados sempre que possível, substituindo-os por *itálicos*;
- incluir uma **bibliografia** de todas as obras citadas e de outras que sejam pertinentes para se aprofundar o estudo do assunto tratado (de acordo com o formato a seguir exemplificado);
- traduzir todos os textos citados*, de preferência utilizando a tradução ao longo do artigo e reservando as notas de rodapé para citar o original;
- formato das citações:
  - nas citações em texto, o nome do autor e a data de publicação aparecem entre parênteses. Exemplo:  
Esse conhecimento está “nas cabeças das crianças” (Hudson, 1992, p. 10).
  - nas citações em narrativa, o nome do autor é incorporado no texto como parte da frase, seguido do ano entre parêntesis. Exemplos:  
De acordo com Hudson (1992, p. 10), o conhecimento está “nas cabeças das crianças”.  
De acordo com Hudson (1992), o conhecimento está “nas cabeças das crianças” (p. 10).
- a reprodução de **imagens** no corpo do texto só é possível se elas forem da autoria do responsável pelo texto ou, não o sendo, se for apresentada a autorização do autor de acordo com o estabelecido pelo regime de direitos de autor.

**Os autores são responsáveis pela exatidão de todas as citações, títulos, nomes e datas.** Os editores encorajam fortemente os autores a citarem sempre as fontes originais e a indicarem em *apud* todas as citações indiretas.

A **bibliografia** deve adotar o formato a seguir exemplificado, que decorre das normas APA, 7.<sup>a</sup> edição:

- Almeida, A. C. P. de (2019). *Implementação de uma academia de conhecimento em contexto industrial: Uma proposta metodológica* [Tese de mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro.  
<https://ria.ua.pt/handle/10773/26809>
- Antonelli, G. (2006). *Underwater robots: Motion and force control of vehicle-manipulator systems* (2.<sup>a</sup> ed.). Springer.
- Aristóteles (1986). *Poética* (Eudoro de Sousa, Trad.). Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Canon, C. L. (2006). Gastrointestinal tract. In J. K. Lee, S. S. Sagel, R. J. Stanley, & Jay P. Heiken (Eds.), *Computed body tomography with MRI correlation* (4.<sup>a</sup> ed., pp. 771-828). Lippincot Williams & Wilkins.
- Curtius, Ernst Robert (1984). *Literatura europea y edad media latina* (Margit F. Alatorre e António Alatorre, Trad.). Ed. F.C.E. España. (Publicação original 1948).
- Despacho n.º 17169/2011 do Ministério da Educação e Ciência. (2011). Diário da República: II série, n.º 245.  
<https://dre.pt/application/file/1010956>
- Dias, H. (2002). *Minidicionário de moçambicanismos*. Edição da autora.
- \_\_\_\_\_. (Ed.) (2009). *Português moçambicano: Estudos e reflexões*. Imprensa Universitária.
- Duarte, Inês (1977). Ensinar português: para quê e como? *Palavras*, 11, 66-74.
- Ferreiro, E. (2018). Acerca de las dificultades para aceptar que los niños piensan sobre lo escrito. *Bella terra Journal of Teaching & Learning Language & Literature*, 11(2), maio-junho 2018, 13-34.
- Freitas, M., Alves, D., & Costa, T. (2007). *O conhecimento da língua: Desenvolver a consciência fonológica*. Ministério da Educação, Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Gonçalves, P. (1996). Aspectos da sintaxe do Português de Moçambique. In Isabel Hub Faria et al. (Eds.), *Introdução à linguística geral e portuguesa* (pp. 313-322). Editorial Caminho.
- Gonçalves, P., & Stroud, C. (Eds.) (1998). *Panorama do português oral de Maputo* (vol. III). INDE.
- Hudson, R. (1992). *Teaching grammar: A guide for the National Curriculum*. Blackwell.
- Rodrigues, C., & Lourenço Gomes, M. C. (2018). Representação ortográfica de núcleos nasais na escrita do 2.º e 4.º anos do ensino básico: dados do português europeu. In C. Lazzarotto Volcão & M. J. Freitas (Eds.), *Estudos em fonética e fonologia: Coletânea em homenagem a Carmen Matzenauer* (pp. 365-394). Editora CRV.